Percepções da Associação dos Moradores e Agroextrativistas do Remanso em Capixaba, Acre, a respeito da Certificação Florestal Comunitária de Produtos Florestais Não-madeireiros

Adriana Maria Imperador
Lúcia Helena de Oliveira Wadt
Silvio Crestana

Introdução

A certificação florestal visa contribuir para o uso sustentável dos recursos naturais, e o Conselho de Manejo Florestal (FSC), instituição certificadora, tem a missão de promover um manejo apropriado das florestas no mundo, considerando as questões sociais, econômicas e ambientais (FOREST STEWARDSHIP COUNCIL, 2004).

Apoiado em padrões de certificação criados para atender inicialmente a uma escala empresarial, o FSC vem adotando uma postura de incentivo aos empreendimentos de base comunitária, embora não disponha atualmente de padrões específicos para esse fim. Diante disso, o FSC considera o padrão internacional ou de manejo de terra firme da Amazônia para a certificação de áreas comunitárias, porém esse tem sido considerado inadequado para essa finalidade (IMAFLORA, 2007). No caso de certificações que incluam produtos florestais não-madeireiros (PFNMs) as diretrizes interinas SmartWood para avaliação de manejo de produtos florestais não-madeireiros são aplicáveis em território brasileiro, tanto para grandes empreendimentos como para manejo comunitário e de pequenas propriedades (IMAFLORA, 2006).

Todavia, de acordo com pesquisa desenvolvida por Humphries e Kainer (2006), a certificação de base comunitária apresenta muitas dificuldades, e raras operações alcançam os benefícios previstos pelo mercado de certificação. Mesmo assim, poucos trabalhos têm questionado a percepção das comunidades envolvidas na certificação. Tratando-se de PFNMs, esta escassez se torna ainda mais acentuada.

Considerando que os PFNMs representam a principal fonte de renda de milhares de famílias que vivem da extração e comercialização florestal em todo mundo, e diante da experiência de quatro anos de certificação florestal comunitária, incluindo os PFNMs, da Associação dos Moradores e Agroextrativistas do Remanso de Capixaba, este estudo tem como objetivo avaliar a percepção das famílias em relação à certificação comunitária FSC, especificamente a respeito dos PFNMs. Neste trabalho serão apresentados resultados parciais da pesquisa, que ainda se encontra em andamento.

Material e métodos

A pesquisa de campo foi realizada no primeiro semestre de 2008 na Associação dos Seringueiros de São Luiz do Remanso, Município de Capixaba, Acre, que desenvolve o manejo florestal comunitário de uso múltiplo, incluindo produtos florestais madeireiros e não-madeireiros (IMAFLORA, 2004). Certificada em 2004 pela organização não-governamental Imaflora, a comunidade continua sendo monitorada

anualmente. Das 60 famílias associadas, apenas 20 pertencem ao grupo de manejadores que estão sob o escopo da certificação. Deste total, 10 famílias manejam PFNMs, especificamente jarina e copaíba, segundo dados fornecidos pelo Centro dos Trabalhadores da Amazônia (CTA). Foi entrevistado um representante de cada uma das famílias o qual deveria atender aos seguintes critérios: ser o responsável pelo manejo e inscrição no FSC e possuir conhecimento sobre todo processo.

Os dados foram coletados por meio de entrevista estruturada (SILVA, 2005) com perguntas do tipo semi-abertas e fechadas (Fig. 1). Nenhum entrevistado presenciou outra entrevista e a intervenção foi feita sempre pelo mesmo entrevistador, aumentando o grau de independência e uniformidade das amostras.

Foto: Gunther Brucha

Fig. 1. Entrevista com representante familiar.

Os manejadores foram questionados a respeito das mudanças positivas e negativas ocorridas após a certificação e sobre as dificuldades encontradas durante o processo e sua manutenção. Também foram indagados em relação à credibilidade dos benefícios trazidos pela certificação nos aspectos sociais, econômicos e ambientais. Finalmente, os manejadores foram questionados sobre a intenção em dar continuidade ao processo e se indicariam a certificação florestal comunitária FSC para os PFNMs a outras comunidades ainda não certificadas.

Resultados

As dez famílias entrevistadas representam um total de, aproximadamente, 39 manejadores de produtos florestais não-madeireiros.

Em relação aos aspectos positivos da certificação, 40% dos entrevistados citaram o aumento de renda; outros 20% mencionaram a ampliação do conhecimento ecológico sobre a floresta; 10% identificaram mudanças positivas na infra-estrutura local e 30% responderam que

não houve aspecto positivo a ser considerado após o processo da certificação.

Em contrapartida, 50% dos entrevistados não consideraram que a certificação teve aspectos negativos; 20% alegaram que obtiveram prejuízo em algumas transações de comercialização; outros 20% afirmaram que aumentou o trabalho no manejo da jarina e copaíba; 10% citaram como considerações negativas o aumento da dificuldade em obter mercado para os produtos certificados.

Já em relação às dificuldades encontradas, 20% dos entrevistados declararam não tê-las enfrentado para certificar seus produtos e manter a certificação; outros 30% informaram que tiveram dificuldades em cumprir as normas estabelecidas pelo FSC, sendo uma particularmente relacionada à gestão do lixo. Os relatos referentes à dificuldade em encontrar mercado para os produtos certificados contemplam 50% dos entrevistados. Neste caso, a questão do mercado ficou condicionada à manutenção da certificação e não à dificuldade em adquiri-la.

Houve unanimidade em afirmar que a certificação deve ser mantida, entretanto, um dos entrevistados condicionou sua resposta à diversificação dos produtos, afirmando que a castanha poderia ser certificada devido a sua aceitação pelo mercado consumidor e facilidade em comercializá-la.

Quando questionados a respeito de recomendar a certificação dos PFNMs a outras comunidades ainda não certificadas, um único entrevistado declarou que não faria esta recomendação.

A Fig. 2 representa a percepção dos entrevistados quanto à credibilidade em relação aos aspectos sociais, econômicos e ambientais resultantes do processo de certificação.

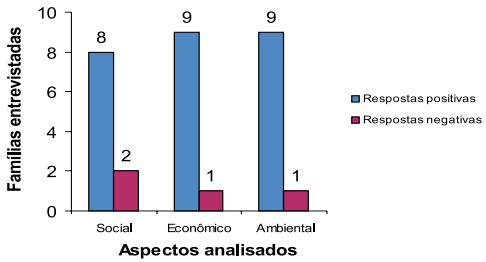

Fig. 2. Credibilidade às mudanças positivas da certificação comunitária FSC em relação aos PFNMs.

Todos os entrevistados se mostraram interessados pela pesquisa e dispostos a responder as perguntas, reconhecendo a entrevista como uma oportunidade de expor suas fragilidades, perspectivas e intenções em relação ao processo de certificação comunitária FSC para os produtos florestais não-madeireiros.

As comunidades florestais têm armazenado um estoque considerável de sabedoria, conhecimentos e habilidades práticas que podem contribuir com o manejo florestal comunitário (RITCHIE et al., 2001), fato que pôde ser observado durante as entrevistas e conversas informais.

Este estudo mostrou que, embora haja certa dificuldade em cumprir as normas estabelecidas pelo FSC, o ponto crítico para manter a certificação é conseguir mercado para os PFNMs.

O acesso ao conhecimento relativo à ecologia e ao manejo das espécies utilizadas foi fundamental para os comunitários, embora ainda exista certa carência de informações por parte dos manejadores.

Como já observado por Ritchie e colaboradores (2001), as principais dificuldades encontradas no manejo florestal estão relacionadas à comunicação entre os parceiros comunitários e não-comunitários, uma vez que algumas considerações globais e científicas não são compreendidas pela comunidade. Vale ressaltar que a comunicação eficaz e a contribuição dos atores locais no desenvolvimento e avaliação de critérios e indicadores de manejo florestal sustentáveis são ferramentas importantes de aprendizagem mútua entre a comunidade e parceiros, compartilhando conhecimento tradicional e científico.

É fato que a Associação dos Seringueiros da Resex de São Luiz do Remanso reconhece o CTA como um importante parceiro no processo de certificação, uma vez que contribui para a comunicação eficiente, interpretação e cumprimento das normas estabelecidas pela certificadora.

As perspectivas otimistas em relação às mudanças positivas pós-certificação refletem a confiança dos manejadores nesse processo. Este fato também pode ser observado no consenso sobre a intenção em dar continuidade ao processo e na recomendação de certificação para outras comunidades que trabalham com os PFNMs.

Conclusões

- De um modo geral, os manejadores estão satisfeitos com a certificação florestal comunitária dos produtos florestais não-madeireiros.
- A inserção destes produtos no mercado é um fator que deve ser discutido com as certificadoras e instituições de apoio para não frustrar as expectativas dos manejadores e, possivelmente, comprometer a manutenção da certificação.
- A avaliação da percepção comunitária a respeito da certificação deve ser uma prática incorporada ao processo, para que os manejadores possam mantê-la.

Referências

FOREST STWARDSHIP COUNCIL. (2004). **Padrão de certificação do FSC para o manejo florestal em pequena escala e de baixa intensidade em florestas nativas da Amazônia brasileira**. Versão 4.0. 36 p.

HUMPHRIES, S. S.; KAINER, K. A. Local Perception of Forest Certification for Community-based enterprises. **Forest Ecology and Management**. v. 235, n. 1/3, p. 30-43, 2006.

IMAFLORA. **Padrão interino SmartWood para o manejo florestal comunitário e de pequenos produtores florestais no Brasil**. Belém, PA, 2007. 22 p.

IMAFLORA. **Diretrizes interinas SmartWood para avaliação de manejo de produtos florestais não madeireiros**. 2006. Disponível em: <www.imaflora.com.br>. Acesso em: 02 mar. 2008.

IMAFLORA. **Resumo público de certificação FSC da Associação dos Seringueiros da Reserva Extrativista São Luiz do Remanso**. Belém, PA, 2004. 56 p.

RITCHIE, B.; McDOUGALL, C.; HAGGITH, M.; OLIVEIRA, N.B. de. **Critérios e indicadores de sustentabilidade em florestas manejadas por comunidades**: um guia introdutorio**.** Bogor: CIFOR, 2001. 122 p.

SILVA, M. A. F. **Métodos e técnicas de pesquisa**. 2. ed. Curitiba: Impex, 2005. 263 p.